

TRABALHAR COM AS MÃOS ENSINA MUITO: A MÃO DE SARAMAGO COMO PARTE DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO BRASIL

Irineu Mario Colombo¹

Carmen Mazepa Ballão²

Leonir Oldericco Colombo³

Luiz Carlos Eckstein⁴

Resumo: O objetivo deste artigo é contribuir com a história da Educação Profissional, Técnica e Tecnológica do Brasil, ao apresentar o processo de constituição do Campus Foz do Iguaçu, um dos 26 campus do Instituto Federal do Paraná, que ocorreu em paralelo e dependente dos primeiros movimentos nacionais para constituição da nova Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que desemboca na Lei 11.892/2008. A história inicial do Câmpus, localizado no município de Foz do Iguaçu, se confunde com a luta pela superação da dualidade histórica entre trabalho manual e intelectual, bem como entre o treinamento para trabalhar e o trabalho como princípio dedutivo. A tentativa de superação está no símbolo adotado pelo Câmpus Foz, em que o escrito José Saramago lhe presta homenagem com uma frase símbolo, inscrita na ocasião de sua inauguração. Esta pesquisa é descritiva, com base em fontes primárias, entrevistas e algumas bibliografias e na experiência profissional dos autores. É a ocasião da memória histórica, formalizada no artigo, ser instrumentos de análise crítica para estudiosos da educação. O desenrolar conclui que o esforço para mudar um paradigma legal e cultural, se dá por etapas e esforço coletivo, permanente, com vista a apontar uma instituição para formação de cidadão autônomos e emancipados.

Palavras chaves: Expansão da rede federal. Educação tecnológica. Histórico do Câmpus Foz. História do IFPR.

Abstract: The objective of this article is to contribute to the history of Professional, Technical and Technological Education in Brazil, by presenting the process of constitution of the Foz do Iguaçu Campus, one of the 26 campus of the Federal Institute of Paraná, which occurred in parallel and dependent on the first movements about constitution of the new Federal Network of Professional and Technological Education, which results in Law 11.892 / 2008. The initial history of Campus, located in the municipality of Foz do Iguaçu, is confused with the struggle to overcome the historical duality between manual and intellectual work, as well as between training for work and work as an educative principle. The attempt to overcome it is in the symbol adopted by Campus Foz, in which the writer José Saramago pays tribute to him with a symbol phrase, inscribed on its inauguration. This research is descriptive, based on primary sources,

¹ Pós-doutor, Universidade Federal do Paraná, irineu.colombo@ifpr.edu.br

² Pós-doutora, Universidade Federal do Paraná, carmen.ballao@ifpr.edu.br

³ Mestre, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, leonir.colombo@ifpr.edu.br

⁴ Doutor, Universidade Tuiuti do Paraná, luiz.eckstein@ifpr.edu.br

interviews and some bibliographies and the professional experience of the authors. It is the occasion of historical memory, formalized in the article, to be instruments of critical analysis for education scholars. The conclusion concludes that the effort to change a legal and cultural paradigm, takes place in stages and collective, permanent efforts, aiming to point out an institution for the formation of autonomous and emancipated citizens.

Keywords: Expansion of the federal technological school network. Technological education. History of Campus Foz. IFPR History.

1 INTRODUÇÃO

O esforço físico para a produção de bens e serviços, principalmente no que se refere ao uso das mãos, é uma construção histórica. O aviltamento do trabalho manual tem uma função de classe, função social e econômica, que ideologicamente fora assentada na naturalização das diferenças, desde a cultura greco-romana. A tarefa de uma escola que se propõe à superação das diferenças dominadoras está em divisar este esquadramento social e em criar a cultura da educação omilateral, integrada e emancipadora. No Câmpus Foz do Iguaçu do Instituto Federal do Paraná (IFPR), está uma obra que representa uma tentativa de superação desta dicotomia: a mão de Saramago.

Este texto apresenta os primeiros encaminhamentos do governo federal ao apresentar os passos e vicissitudes da implantação do IFPR, desde a proposta de expansão da rede federal de educação profissional no Congresso Nacional até a formatura da primeira turma de técnicos do Câmpus Foz. O relato está escorado em documentos oficiais, testemunhos e experiência dos autores, além de depoimentos de atores deste périplo.

Para nos ajudar na construção dos relatos é necessário conhecer os elementos constitutivos da memória, seja coletiva ou individual. A História e a memória não são sinônimas, mas podem convergir. A memória é carregada por uma pessoa ou grupo em permanente evolução; enquanto a História é a reconstrução sempre problemática do passado e que demanda análise e visão

crítica. O que escapa da história tem lugar na memória que, por sua vez, torna-se instrumento para o historiador reinterpretar o passado (NORA, 1984), pois,

A memória, no sentido básico do termo, é a presença do passado. [...] é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. (ROUSSO, 1998, p. 94)

As fontes documentais e orais se completam, na medida que a análise do discurso e das memórias, em confronto com a revisão bibliográfica, leituras nos leva a um esforço de compreensão para além dos pressupostos.

2 SUPERANDO A PROIBIÇÃO DE NOVOS UNIDADES DE ENSINO

Com o final da ditadura em 1985 e com uma nova Constituição Federal promulgada em 1988, o debate educacional se fixou não na construção de uma nova lei para a educação, mas em um ambiente de ideologia neoliberal, no qual a educação profissional pública não era prioridade. Foi somente com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394 de 20 de novembro de 1996, que a educação profissional ganhou notoriedade no Brasil, sendo caracterizada como uma modalidade da Educação Básica.

Contudo, o texto da lei não definiu competências e responsabilidades sobre esta modalidade de ensino, provavelmente para facilitar uma política pensada para um descomprometimento do governo de então, em relação às escolas técnicas federais. Estas representavam a experiência mais bem-sucedida de organização do nível médio, portando os gérmenes de uma concepção que articulava formação geral de base científica com o trabalho produtivo.

O descomprometimento do governo federal estava alicerçado em uma perspectiva neoliberal de retrain a oferta de educação profissional pelo poder

público, a fim de criar oportunidades de negócios para a iniciativa privada, que já concretizava seus interesses desde 1994.

As ações do governo federal para direcionar a educação profissional ao setor privado foram em quatro frentes: a) restrição orçamentária para os cursos técnicos públicos; b) reforço da dualidade e flexibilização para oferta, por meio de regulamentação da LDB; c) empréstimo de recurso para a iniciativa privada constituir suas próprias escolas de cursos de curta duração sem escolarização, e d) impedimento legal para o surgimento de novas escolas públicas federais.

A impossibilidade legal de expansão de novas escolas técnicas estava definida na Lei 9.649/1998, artigo terceiro, parágrafo quinto, que previa que novas unidades de educação profissional poderiam existir somente em parceria com estados, municípios, setor produtivo ou organização não governamental. A palavra “somente” proibia juridicamente aos governantes que sucedessem a Fernando Henrique Cardoso, então presidente do Brasil, de investir em novas escolas técnicas com recursos exclusivos federais. Na prática, escolas onerosas, que nunca se viabilizaram com outras parcerias. Inclusive, o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) resultou em fracasso, sendo algumas escolas assumidas inteiramente pelo governo federal após a mudança desta lei.

Em 13 de maio de 2004, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou ao Congresso Nacional a Mensagem nº 229, propondo mudança na lei que proibia novas unidades de ensino técnico. A justificativa foi assinada pelo Ministro da Educação, Tarso Genro, e pelo Secretário Executivo do MEC, Fernando Haddad.

O argumento utilizado para tal mudança foi a de que a lei do governo anterior produzia efeitos negativos na oferta de educação profissional no país, especialmente nas regiões de menor desenvolvimento socioeconômico, devido à dificuldade em transferir este ônus aos estados e municípios incapazes de

aportar recursos financeiros necessários, assim como de firmar parcerias com ONGs ou com o setor produtivo, que eram capazes de gerir oferta nos moldes exigidos pelo progresso científico e tecnológico.

Estados como o Acre, o Amapá, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal não possuíam nenhuma instituição de educação profissional. Programas anteriores e de parceria federal com a iniciativa privada possuíam obras inacabadas e outras com até 95% da obra feita, mas sem condições de funcionar, pois o governo federal estava proibido de investir, o que era cobrado pelos órgãos de controle.

Na Câmara dos Deputados, a mensagem do presidente Lula foi transformada no Projeto de Lei (PL) nº 3.584/2004. Após trâmite da Mesa, referido projeto chegou à comissão de mérito, ou seja, à Comissão de Educação e Cultura (CEC), em meio à qual o Deputado Colombo (PT-PR) relatou pela aprovação, em 12/08/2004. O PSDB, através do Deputado Lobbe Neto (SP), não quis a aprovação da matéria e pediu vistas em 25/08, depois requereu retirada de pauta, em 20/10/2004.

Mesmo com esse retardamento e com o trabalho contrário do PSDB, o Projeto de Lei foi aprovado com parecer do Deputado Colombo, em 10/11/2004, com voto em separado do PSDB. Após aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, em 05/05/2005, foi para o Senado, em 19/07/2005.

Sequencialmente ao trâmite na Mesa do Senado, foi para Comissão de Educação, tendo sido designado o Senador do PSDB do CE, Reginaldo Duarte, para relator, em 10/08/2005. A Liderança do PSDB emitiu parecer, recomendando reprovação do Projeto de Lei ao relator, considerando que o desiderato anterior era melhor, pois priorizava a responsabilização da educação profissional pelos entes subnacionais e pelo setor produtivo.

Esta informação foi passada para o então Deputado Colombo, que, em audiência com o Senador Reginaldo, ouviu que seu partido era contra a nova norma, visto que a Lei em vigor permitia expansão da educação profissional com apoio da iniciativa privada. Diante disso, diversas entidades manifestaram apelo pela aprovação, impulsionando-a para 25/10/2005, dia em que, na Comissão de Educação do Senado, com voto constrangido do relator, foi concretizada. Com isso, passaram-se seis meses de tramitação, depois dos quais finalmente foi sancionada a Lei nº 11.195/2005, em 18 de novembro de 2005, que permitiu a expansão da rede federal de educação profissional.

3 A CHAMADA PÚBLICA DE 2007 E O NASCENTE CAMPUS FOZ DO IGUAÇU - IFPR

No Ministério da Educação, havia tomado posse, em 29 de julho de 2005, o então secretário-executivo, Fernando Haddad. Após o desembarço do entrave legal do governo anterior, foi enviado ao Congresso Nacional um Projeto de Lei que abria ao Ministério da Educação crédito adicional no valor de R\$ 57 milhões, destinados à execução de uma 1ª Fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica (PLN 70/2005). Este crédito foi aprovado em 23/12/2005 (Lei n.º 11.249).

Ficou definido o conjunto de 60 unidades da Rede Federal de Ensino a serem implantadas na 1ª fase de execução do Plano de Expansão, que deveria acontecer até o final de 2006. No Paraná, foi escolhida a implantação de um Câmpus da Universidade Tecnológica Federal (UTFPR) em Londrina⁵.

⁵ A UTFPR foi criada pela Lei nº 11.184, de 07 de outubro de 2005. A direção do CEFET/PR tentava desde o governo Fernando Henrique Cardoso sua transformação em universidade. Contudo esbarrava na determinação daquele governo em não querer a expansão da educação profissional. Isto só veio a acontecer no governo Lula.

Esta primeira fase de expansão após aprovação da Lei 11.195, no entanto, trouxe algumas críticas, no sentido de criar mais do mesmo, ou seja, não havia uma mudança no conceito educacional dualista que sempre acompanhou a educação profissional brasileira. O ano de 2006, debates acompanharam a primeira fase da expansão e uma inflexão importante passou a acontecer.

O ministro da Educação propôs para análise um plano integrado de educação para o país, da pré-escola à pós-graduação, que desembocaria no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Neste escopo, caberiam discussões em torno da expansão da rede federal com critérios técnicos e políticos para as novas unidades, abrangência geográfica ampliada para o Oeste brasileiro em novos Estados, entre outros aspectos. Além disso, pesquisadores da educação profissional e dos educadores engajados naquele governo propuseram uma pauta sobre a necessidade de discutir o modelo conceitual em torno de uma educação emancipadora a ser incorporada nesta expansão.

No ano de 2006, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) tinha à sua frente o Professor Eliezer Moreira Pacheco, assessorado pelo Professor Getúlio Ferreira do CEFET/RN, como secretário adjunto. Os debates giraram em torno da preferência de uma educação técnica integrada ao ensino médio, em que ciência, técnica, cultura e formação geral estivessem no cotidiano da formação do novo profissional. Contudo, o Ministério de Educação tinha em mãos uma missão adicional: promover a formação de licenciados para suprir a grave falta de professores da educação básica nacional, sobretudo nas áreas de química, física, biologia e matemática.

Optou-se por discutir não só o novo conceito educacional da expansão, mas também uma nova institucionalidade. Esta nova instituição – inicialmente chamada de IFET (Institutos Federais de Educação Tecnológica) – se

fundamentava na terminologia “educação tecnológica”, como representação da orientação política daquele momento.

O termo “educação” estaria vinculado a uma prática social, assim como um fenômeno cultural específico, objeto de investigação e estudo interdisciplinar. O termo “tecnológica” representaria de uma só vez a união dos conhecimentos da ciência com a técnica.

O conhecimento científico tanto da educação como dos demais ramos do saber tem como gerador de solução para os problemas técnicos do cotidiano a pesquisa e a transposição tecnológica. A técnica oriunda do bom senso comum, ou dos saberes úteis do dia a dia, estaria em colaboração com as soluções técnicas advindas da transposição científica por meio da tecnologia. Não seria mais um ensino domesticador, para “apertar parafusos”, mas que consideraria a atitude científica, a formação geral, a pesquisa e a inovação para os problemas técnicos – a tecnologia.

Esta nova institucionalidade incorporaria estes conceitos tanto na formação inicial do trabalhador, como no ensino médio e em nível superior (preferencialmente na formação de professores). Nesta nova institucionalidade, além dos diversos níveis, também teria oferta nas modalidades de jovens e adultos e à distância.

Outra mudança importante foi a reorganização das instituições federais de educação profissional, preparando o surgimento de novas autarquias em estados que não as tivessem e, naqueles com mais de uma autarquia, seriam feitas aglutinações de instituições.

Este processo requeria convencimento e uma postura de não imposição, pois deveria ser diferente dos governos anteriores. Para isso, foi publicado o Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007, que estabelecia as diretrizes para o

processo de integração de instituições federais de educação profissional para constituir os IFETs⁶.

O Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação (CONCEFET), que reunia os dirigentes dos CEFETs, mais o Conselho das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (CONDETUF) e o Conselho das Escolas Agrotécnicas Federais (CONEAF), se manifestaram favorável, por meio de nota, em relação à proposta de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, por ser uma política pública destinada a formação para o trabalho.

Pouco tempo depois, a transformação destas autarquias em Institutos Federais foi inscrita como uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). É importante lembrar que o PDE foi apresentado no dia 15 de março de 2007, mas lançado oficialmente no dia 24 de abril de 2007 em conjunto com a promulgação do Decreto 6904/2007, que tratava sobre o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação” e com o Decreto 6905/2007, que apresentava ao país o modelo de reorganização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

A Chamada Pública 001/2007, publicada na mesma data do Decreto 6.095, convidava os municípios listados a apresentarem contrapartidas, a fim de serem selecionados para a construção de mais 150 unidade de ensino, dentro desta nova institucionalidade (Fase II da expansão).

No Paraná, foram relacionados os municípios de Foz do Iguaçu, Jacarezinho, Paranaguá, Paranavaí, Telêmaco Borba e Umuarama, que estavam listados no Anexo I da Chamada Pública e, para serem contemplados

⁶O termo IFET usado neste Decreto não seria mais usado, no entanto, ficou persistente muito tempo depois quando o governo percebeu que o termo criaria confusão, pois em alguns estados, a união de escolas agrotécnicas em torno de um IFET iria se chocar com outro IFET derivado de autarquias do ambiente urbano (CEFETs e Escolas Técnicas). Optou-se nos documentos posteriores utilizar o termo Instituto Federal acrescido da designação respectiva.

com a instalação, deveriam os municípios dar em contrapartida obrigatória um terreno de, no mínimo, 50 hectares⁷ e como contrapartidas complementares doações de equipamentos, projeto da obra, regularização topográfica, acervo bibliográfico, entre outros.

No caso do Paraná, pelo fato de o CEFET/PR ter sido transformado na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), tinha-se a impressão de que esta lideraria a instalação destas unidades, transformando-as em Câmpus daquela instituição. Contudo, por conta do novo conceito educacional da proposta e por ser a instituição universitária já criada em lei específica, ela não teria obrigação de seguir as diretrizes de ofertar ensino técnico integrado ao ensino médio, visto que a UTFPR já estava em franco desmonte de seus cursos técnicos, preferindo apenas ofertar cursos superiores. Tomou-se a decisão ministerial de que, no Paraná, deveria ser feito um convite para que a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (UFPR) fosse transformada em autarquia e liderasse a instalação nestas cidades.

O Diretor de Articulação e Projetos Especiais do MEC, que naquele momento era o professor Irineu Mario Colombo, foi designado pelo Ministro da Educação e pelo Secretário de Tecnologia Eliezer Pacheco para fazer as primeiras reuniões, a fim de obter a concordância da UFPR para esta tarefa. Na primeira reunião, com o então Reitor da UFPR, Carlos Augusto Moreira Junior, que foi contrário à ideia, propondo em contrapartida que os câmpus ficassem a cargo da própria universidade, sem necessidade de criar autarquia.

Em 22 de junho de 2007, o Ministro, em reunião com todos os dirigentes de instituições federais em Brasília, declarou que todas as conversas em torno desta nova institucionalidade estavam incorporando várias sugestões, entre as quais o número mínimo de matrículas em cursos técnicos, o agrupamento de

⁷ Hectare (ha) é uma unidade de medida agrária de um hectômetro quadrado (hm²), mais usada em áreas agrícolas ou naturais, equivalente a 10.000 metros quadrados (m²).

várias autarquias em uma nova e que o Decreto 6.095/2007 seria transformado em lei, absorvendo sugestões e mantendo algumas conquistas, por exemplo, que o dirigente máximo da nova instituição não seria mais o Diretor-Geral, e sim um Reitor com cinco pró-reitorias.

Nesta nova configuração não caberia “universidade”. Portanto, no Paraná, ou seria pela Escola Técnica da UFPR ou haveria de começar do zero. Em nova reunião na Escola Técnica, a convite de seu diretor, Alípio Santos Leal Neto (favorável à desvinculação para ser embrião do IFET/PR), Irineu Colombo fez nova exposição daquelas diretrizes. Foi firmado então um acordo de que a vontade dos professores que preferissem permanecer na universidade seria respeitada pelo MEC – endosso feito pelo ministro diretamente ao reitor da UFPR. Com as divergências internas mitigadas, o caminho para a aprovação da desvinculação estava ajustado. Em 19 de março de 2008, o Conselho Universitário da UFPR autorizou a Escola Técnica para aderir, sediar e implantar o IFET/PR⁸.

O passo seguinte foi percorrer os seis municípios do Paraná para informar que foram contemplados com a implantação de novas escolas técnicas, mas não seria nem pela UTFPR e nem pela UFPR, e sim por uma nova autarquia, a ser criada por lei federal, que o governo estava preparando. Nesta tarefa de informar à comunidade estavam imbuídos o Professor Alípio Leal e o professor Luiz Gonzaga pela Escola Técnica, o professor Colombo, pela SETEC/MEC e o Vice-reitor da UTFPR, professor João Luiz Kovaleski.

Neste mesmo período, ficou definido o terreno que seria doado para a construção da unidade de Foz do Iguaçu: uma área de 63 mil metros

⁸ O termo era ainda usado pois estava tanto no Decreto 6.095, como na Chamada Pública 01/2007. Fora abandonado com a lei no final de 2008. A Escola Técnica da UFPR é gestado em 2007 e 2008 conceitualmente como IFET/PR, depois nasce como IFPR, na virada de 2008 para 2009.

quadrados, localizada em frente ao Câmpus da Universidade Oeste do Paraná (UNIOESTE), que foi doada pela Prefeitura.

Enquanto aguardava a tramitação da lei no Congresso Nacional e a liberação dos recursos para a UFPR, para que a mesma repassasse para a Escola Técnica iniciar as obras, o futuro reitor Alípio negociava com a Itaipu Binacional um espaço para instalação provisória e início das primeiras atividades. Ficou definido que a instituição teria uma sala de aula e uma sala administrativa no interior da usina, no espaço do Parque Tecnológico Itaipu (PTI).

Em agosto de 2008, o professor Alípio convidou o professor Colombo, que estava se preparando para deixar o MEC e voltar à UTFPR, para ser o primeiro Diretor-Geral da unidade de Foz. Enquanto deixava o Ministério, os preparativos para a oferta do primeiro curso técnico em Foz estavam em andamento.

4 PRIMEIROS SERVIDORES E PRIMEIRO CURSO TÉCNICO DO CAMPUS FOZ DO IGUAÇU - IFPR

A primeira servidora a encarar os desafios da implantação do Câmpus Foz foi Ivone Biesdorf, técnica administrativa. Com família de Medianeira, próxima de Foz, estava trabalhando na reitoria da UFPR e foi convidada pelo professor Alípio para esta tarefa. Fora definido pela Escola Técnica, ouvindo a opinião da Itaipu, que o primeiro curso para Foz seria o Curso Técnico em Aquicultura.

Definiu-se por ofertar o curso na modalidade subsequente e, na seleção de 2009, implementou-se a modalidade de Jovens e Adultos, ou seja, o Proeja⁹.

⁹ Subsequente é oferecido somente a quem já tenha concluído o Ensino Médio, enquanto que o PROEJA - Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade

Incumbido desta tarefa estava à frente a professora Zita de Castro, futura Pró-reitora de ensino, que vinha pessoalmente para Foz para cuidar das ações para definir as salas no PTI, fazer os procedimentos finais dos convênios necessários e de publicação do primeiro edital para seleção dos alunos.

O primeiro edital foi para o Curso Técnico em Aquicultura, lançado em 07 de setembro de 2008, com inscrições até dia 12 de setembro, que acabaram por ser prorrogadas até o dia 19 de setembro, a serem realizadas no campus da Unioeste. Os candidatos interessados deveriam preencher a ficha de inscrição e entregar uma cópia do histórico escolar e documento de identidade. A seleção dos alunos seria feita mediante análise do histórico escolar e, obrigatoriamente, todos os inscritos deveriam participar de uma palestra, que aconteceu no dia 20 de setembro, às 10 horas, na Unioeste Foz. O resultado dos aprovados foi divulgado no dia 22 de setembro, no site da Escola Técnica da UFPR (já batizado de IFET). O curso duraria dois anos, com aulas de segunda a sexta-feira, das 19 horas às 22 horas, e aos sábados, das 7 horas e 30 minutos às 12 horas.

Foram selecionados 40 estudantes, entre eles Cézar Fonseca¹⁰:

Eu trabalhava na Prefeitura de Foz e fiquei sabendo do curso pela chamada da Rádio Cultura ao meio dia. Então fui até a Unioeste e fiz minha inscrição. Alguns dias depois fui para a seleção. Tinha que estar numa palestra que começaria as 10:00. Muita gente chegou atrasada na palestra e foi a primeira seleção... muitos já ficaram de fora. A palestra foi feita pela professora Zita que explicou o que era o IFET, falou sobre o curso de aquicultura e como ele iria funcionar. Aula magna foi com o professor Alípio Leal e com uma palestra do diretor da SEAP - Superintendência Estadual da Pesca (FONSECA, 2018).

Educação de Jovens e Adultos - são destinados aos jovens e adultos que concluíram o Ensino Fundamental (8ª série) com mais de 18 anos de idade.

¹⁰ Cézar Fonseca foi um dos primeiros alunos, passou em 2012 em um concurso para Técnico de Laboratório, foi lotado no próprio Câmpus Foz. Coursou Licenciatura em Ciências da Natureza na UNILA e em 2017 passou em outro concurso, lotado atualmente na reitoria do IFPR como Técnico em Assuntos Educacionais.

Para frequentar as aulas no PTI, os alunos tinham duas grandes dificuldades: chegar até a entrada da usina, que ficava longe do centro da cidade; e, atender às inúmeras exigências de segurança para entrar e sair da área da usina.

Entre os primeiros docentes, estava o professor Adilson Reidel, que atuava na unidade de Paranaguá. O docente vinha de uma unidade do Instituto em funcionamento, que era Paranaguá¹¹. O professor Adilson ministrava várias disciplinas técnicas da área de aquicultura e acabou sendo transferido definitivamente para Foz do Iguaçu em março de 2009, tornando-se o primeiro professor do Câmpus.

No final de setembro de 2008, o professor Colombo assumiu a direção da unidade instalada, sendo recebido pelo Presidente do PTI, Juan Sotuyo, e pela servidora Ivone. Na primeira tarde em que estava na sala administrativa do Instituto Federal, um jovem adentrou à sala. Então, o professor Colombo aproximou-se dele e perguntou se era aluno, tendo comentado que possivelmente teria chegado muito cedo para participar da aula. O rapaz respondeu que era professor. O jovem professor, confundido com aluno, era o biólogo Cláudio Dybas Natividade, que ministrava algumas disciplinas técnicas de aquicultura, e era recém-chegado de Paranaguá, para ficar dois dias seguidos dando aulas.

Para o novo curso PROEJA, em 2009, o número de professores era insuficiente para todas as disciplinas. Para suprir as áreas de formação geral, fora feito convênio com a Unioeste e com a instituição privada Uniamérica, viabilizando alunos estagiários dos cursos de licenciaturas para as aulas de

¹¹ O Câmpus Paranaguá surgiu da encampação pelo Decreto no. 6.095 do malsucedido Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), do governo FHC, que financiou organizações privadas, a tomar dinheiro do governo federal, para criar escolas com ensino profissional. O programa foi encerrado em 2007, sendo que, das 98 entidades beneficiadas, somente uma cumpriu todo o contrato.

português, matemática, história e geografia. Em outras ocasiões, professores de outros câmpus ou da reitoria supriam as lacunas de profissionais, com enormes sacrifícios de viagem e de horas seguidas ministrando aulas¹².

Em novembro daquele ano, iniciou uma turma do Curso Superior em Gestão Pública à distância, do IFPR, em outra sala cedida pelo PTI. Em dezembro de 2008, chegou a segunda servidora, a Técnica em Laboratório de Microinformática Sílvia Regina de Oliveira¹³.

No estertor do ano de 2008, em 29 de dezembro, foi publicada a Lei nº 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criava os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, acabando de vez com a sigla IFET, pois, em seu artigo 5º, inciso XXV, criava o órgão chamado simplesmente de Instituto Federal do Paraná, ou IFPR. Eram os mesmos fundamentos conceituais de educação preconizados pelo Decreto 6.095, mas com a afirmação daquela nova institucionalização pensada e discutida desde 2006.

Antes de finalizar o ano, foi publicado novo edital para seleção de alunos para novas turmas de aquicultura¹⁴. Além da Lei dos Instituto Federais, houve outras mudanças significativas: agora, Câmpus Foz, estava para chegar.

¹² Sem conseguir viabilizar professor de Inglês o próprio professor Colombo, sem formação específica, ministrou aulas, focando no livro *Blue Fins* (Barbatanas Azuis) de Sara Axten, adequado para curso de aquicultura. Tivemos ainda os professores: Vicente Sandeski (Filosofia), Zita de Castro (Saúde), Humberto Coelho Queiroz (Segurança no Trabalho), Sílvia dal Pozzo (Língua Portuguesa), Celso Carlos Buglione Neto (aquicultura), Izabel Cavalet (nutrição).

¹³ Estava lotada na UFPR, em colaboração técnica, com exercício no Câmpus da UTFPR de Medianeira. Seu marido estava morando em Foz e o convite do Professor Colombo veio a calhar: morar e trabalhar em Foz. Mais tarde esta servidora acabou voltando à lotação de origem.

¹⁴ Para divulgar o edital pegou-se recurso dos próprios servidores para imprimir panfletos que foram distribuídos preferencialmente nos terminais de transbordo de transporte coletivo. O professor Colombo e a servidora Ivone perceberam que os panfletos eram mais facilmente apanhados quando se gritava: “curso técnico gratuito, do governo federal!”.

5 MUDANÇA PARA O CLUBE FLORESTA

Em 6 de fevereiro de 2009, chegou o terceiro servidor: o analista de sistemas João Ariberto Metz, vindo de Curitiba, da UTFPR. Mais tarde, Ariberto foi nomeado o primeiro Diretor de Planejamento e Administração do Câmpus.

Naquele mesmo mês em que Ariberto chegou, em reunião com o Presidente Jorge Samek, na sede da Itaipu Binacional, para ajustar oferta de estágio aos estudantes do curso de aquicultura, também estava presente o funcionário da empresa, Sérgio Paulo Lobo Benevides. Enquanto o professor Colombo comentava sobre os preparativos para execução do primeiro bloco no terreno próprio do Instituto Federal, Benevides sugeriu que fosse avaliada a possibilidade de a empresa ceder o antigo Clube Floresta. O clube era dos funcionários, em propriedade cedida pela Itaipu. Contudo, parou de funcionar e estava em processo de ser repassado ao PTI, porém este não era o desejo da direção da Itaipu.

O professor Colombo e João Ariberto, acompanhado de Sérgio Benevides, combinaram uma visita ao clube, causando positiva impressão sobre o local e sobre as possibilidades de aquilo tornar-se o futuro Câmpus Foz do Iguaçu. Após visita, em audiência com o Diretor Administrativo Edésio Passos, ficou combinado que o Instituto Federal entraria com pedido de doação junto ao conselho administrativo da empresa binacional, anexando um projeto de utilização para fins educacionais, colocando o planejamento de obras e etapas de transformação.

Em 6 de agosto de 2009, foi aprovada a doação ao IFPR do terreno que pertencia ao Clube Floresta, pela Diretoria Executiva Brasileira da Itaipu, que seria ratificada pelo Conselho de Administração da empresa, em 21 de agosto.

Neste íterim, o presidente Jorge Samek, atendendo a um pedido do reitor Alípio, autorizou que o Pró-reitor Paulo Yamamoto iniciasse as obras de reforma na parte inferior do Clube, para receber provisoriamente os alunos do PTI, enquanto a construção do adequado Bloco Didático passaria a ser realizada sobre o antigo campo de futebol do Clube.

Durante aquele ano, em audiência pública, ficou definido que haveria mais cursos técnicos em planejamento futuro: Curso Técnico em Cozinha, Curso Técnico em Informática e Curso Técnico em Edificações. Para isso, novos professores começavam a chegar, seja por concurso ou por redistribuição. Entre estes, estavam: professor Anderson Coldebella, engenheiro de pesca, vindo do Câmpus Paranaguá; professor Bruno Estevão de Souza, engenheiro de pesca; Luciana Espíndola de Quadros, matemática; Márcia Helena Beck, engenheira civil; Bruno Erno Steckling, médico veterinário e Luiz Carlos Eckstein, filosofia. Na sequência, vieram os professores Nelson de Castro Neto (gastronomia), Elton Legnani (educação física) e a pedagoga Andréa Marcia Legnani.

No dia 6 de novembro de 2009, foi feito o ato formal de transferência das atividades do IFPR do PTI para o Clube Floresta. Estavam presentes os servidores técnicos, o reitor e os alunos. A aluna Eni Siqueira dos Santos, da primeira turma, em nome dos alunos do curso Técnico em Aquicultura e da turma do curso à distância de Tecnologia em Gestão Pública, manifestou a satisfação de estarem mais perto de casa, com acesso felicitado e no espaço da própria escola.

No dia 18 de dezembro daquele ano, com uma grandiosa festa no então Salão Social do Clube Floresta, com a música da Banda Mil e diversos

convidados, entre eles algumas autoridades paraguaias, deu-se a formatura da primeira turma de 28 formandos¹⁵ do IFPR, Câmpus Foz do Iguaçu.

6 TRABALHAR COM AS MÃOS ENSINA MUITO

No final de 2007, o professor Eliezer Pacheco, Secretário da SETEC/MEC, informou aos membros dirigentes daquela secretaria que o escritor português Saramago havia escrito um livro autobiográfico. O que chamava a sua atenção era que o escritor, Nobel de literatura, não tinha curso superior, mas um curso técnico na área da mecânica. Com isso, refletia e enfatizava que jamais a formação técnica poderia ser excludente de uma formação geral, intelectual ou ainda que uma formação para uma atividade manual significava exclusão de uma formação artística, literária e vice e versa. Eliezer Pacheco registrou isso:

Quando lembramos que um colégio industrial português possibilitou o surgimento de um José Saramago, é importante registrar que isso foi possível somente porque aquela escola possuía em seu currículo, como ele lembra, Física, Química, Matemática, Mecânica, Desenho Industrial, História, Filosofia, Português e Francês, entre outras disciplinas (PACHECO, 2011, p. 10).

Com esta informação presente e com os debates para implantar em todo o Brasil os IFs, cogitou-se convidar para uma palestra o ilustre literato português, o que foi descartado por conta de sua idade. Contudo, a ideia de que ele poderia dar um brilho ao novo desenho institucional nunca foi descartada.

Com a doação efetuada pela Itaipu Binacional, começaram os preparativos para o traslado dos alunos do interior da Usina para a nova casa.

A ideia principal quando a Itaipu repassou o então Floresta Clube era criar algo que destacasse e criasse uma identidade de instituição de

¹⁵ O formando Raultor Aparecido Caetano, após a formatura foi trabalhar no Mato Grosso e continuou seus estudos e hoje é professor de aquicultura do SENAR/MT (FONSECA, 2018).

ensino para o Campus. Quando chegamos aqui, a identidade que se tinha era de um clube, e tinha uma infraestrutura que destacava uma energia de clube recreativo. Portanto, tínhamos que mudar essa característica e essa energia, para educação. Naquele momento a equipe principal na formação do Campus era o Colombo, a Sílvia, a Ivone e eu. Debatíamos ações para mudar os aspectos físicos do espaço, assim decidiu-se fazer o bloco didático no campo de futebol, para descaracterizar o campo, que representava uma imagem de recreação, festa e de clube, para um prédio de sala de aula, para criar a imagem de ensino. Nesse sentido, também se teve a ideia de criar uma frase para ajudar mudar essa imagem. Nesse sentido o Colombo teve a ideia de entrar em contato com o Saramago para elaborar essa frase (METZ, 2018).

A direção do Câmpus reportou uma mensagem eletrônica à Fundação José Saramago, solicitando que o ilustre escritor pudesse escrever uma frase para ser esculpida na entrada da escola. O título da mensagem era: “Solicitação de uma frase ou pequeno verso para uma escola que une tecnologia e humanidade”. Fora explicado que se tratava de uma escola que pretendia unir uma boa formação geral, integrada à formação técnica, tal qual se via na vida de José Saramago (o português só tinha formação como Mecânico Serralheiro, concluído em 1940 na Escola Industrial de Afonso Domingues, em Lisboa, mas, por ter frequentado uma escola que unia tecnologia e humanismo, e tinha também uma boa biblioteca, ajudou a forjar o único escritor de língua portuguesa a ganhar um Prêmio Nobel de Literatura, em 1998).

A intenção era a de que ele criasse uma frase síntese (ou verso), para a inauguração do Câmpus Foz do Iguaçu do IFPR, que representasse também a diretriz pedagógica dos Institutos Federais no Brasil. Foram sugeridas algumas frases extraídas do livro que lhe deu o Nobel: Memorial do Convento. Neste livro, lançado em outubro de 1982, o escritor enlaçou a história com a ficção, mostrando a exploração dos pobres pelos ricos.

Em 24 de julho de 2009, chegou um e-mail ao Câmpus Foz, com a seguinte mensagem:

Estimado Professor

Aqui vai a frase que José Saramago escreveu para inscrição no monumento junto à vossa escola: «TRABALHAR COM AS MÃOS ENSINA MUITO»

Muito cordialmente

Rita Pais - Fundação José Saramago (PAIS, 2009).

A frase não fora tirada de nenhum de seus livros. Fora criada para ser o ideal de uma escola.

7 A MÃO DE SARAMAGO

Com o andamento das reformas e a conclusão do primeiro bloco de salas de aulas do Câmpus, ele foi inaugurado diretamente de Brasília, pelo presidente Lula, em 1º de fevereiro de 2010, sendo que a placa seria mais tarde fixada junto à entrada do prédio.

Meses antes, já se cogitava, além de ter a placa de inauguração, também um monumento significativo, representando a ajuda da Itaipu binacional ao tempo de representar a abordagem educacional do IFPR constada na frase de Saramago.

Em acordo com a Itaipu Binacional, por seu Diretor-Geral Brasileiro Jorge Samek, a empresa se encarregaria desta tarefa. A direção do Câmpus passou a contar com a ajuda direta de Paulino Motter, Assistente do Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional, que tomou a frase de Saramago como ponto de partida para a criação de um monumento. De sua interação com o artista Alfi Vivern, pensou-se em uma mão em forma de tronco de árvore. Depois, em uma mão segurando um lápis. Por fim, uma mão segurando uma grande peça descartada da Usina, o que tinha um apelo simbólico local e ecológico global.

A construção da mão em frente a entrada era baseada na frase de Saramago, com apoio de Paulino Motter pensou-se na mão com uma peça usada na Itaipu, do setor de geração, na turbina. A composição é uma mão segurando uma peça da Itaipu, que representa também a parceria da Itaipu no processo de construção do Campus (METZ, 2018).

O monumento chamado “A mão de Saramago” foi produzido pelo escultor Alfi Vivern. Próximo à obra, está instalado um mosaico com o perfil de José Saramago, feito pela iguaçuense Adriana Tavares. A frase foi colocada junto ao monumento erguido em sua homenagem: “Trabalhar com as mãos ensina muito”.

Imagem 1: Foto frontal do Monumento “Mão de Saramago” e frase inscrita no muro do Câmpus Foz do Iguaçu (IFPR).



Fonte: Divulgação Câmpus Foz (IFPR).

Em 29 de abril de 2010, o Câmpus Foz do Iguaçu foi brindado com a visita do então Ministro, Fernando Haddad. Nesta ocasião, foi feita a doação formal ao IFPR do terreno e das edificações do antigo Clube Floresta, por parte da Itaipu. Nesta ocasião, também, foi inaugurado o monumento, com a

escultura da mão de Saramago e algumas réplicas em miniaturas, distribuídas em homenagem às seguintes personalidades: Ministro Fernando Haddad, Secretário Eliezer Pacheco, Diretor Jorge Samek, Reitor Alípio, Ivone Biesdorf, João Ariberto e Sílvia Regina.

No momento da inauguração foi um momento de satisfação mútua, tanto do Campus quanto da Itaipu. Os diretores da Itaipu ficaram muito felizes, pois estavam dando um destino digno a um espaço que se ruiu e estava em desuso e de certa forma abandonado. A Itaipu literalmente não sabia o que fazer com esse espaço e estavam super felizes em dar um fim nobre, de um clube que faliu, para um espaço digno, o de ensino (METZ, 2018).

Quarenta e oito dias depois da inauguração, o único escritor na língua portuguesa a receber o Nobel da Literatura, José Saramago, morreu, na sexta-feira, 18 de junho de 2010, em uma ilha na Espanha. Passou mal depois do café da manhã e em seguida morreu. Estava com 87 anos.

Dessa lembrança deixada pelo escritor, o primeiro reitor do IFPR, Alípio Leal, deixou sua impressão a respeito, dizendo que a frase expressava a importância do trabalho manual, muitas vezes reduzido ao tecnicismo.

Na ocasião da inauguração do Câmpus, o Diretor Geral era o professor Luiz Carlos Eckstein, que afirmou ser um privilégio para a unidade ter gravado no muro uma frase feita pelo escritor. Frase que representa a missão de todos os educadores envolvidos, que é a de construir uma nova sociedade via educação, e, neste sentido, as mãos são instrumentos fundamentais.

Não só ensinar para trabalhar, mas trabalhar para ensinar, e, sobretudo, trabalhar com as mãos, seja escrevendo no quadro ou manuseando o torno, seja regendo a orquestra ou praticando no laboratório. Técnica, arte, cultura e ciência são componentes da formação integral da pessoa. A mão é símbolo desta indissociabilidade do saber, ser e fazer.

“Trabalhar com as mãos ensina muito” simboliza a unidade entre o trabalho intelectual e manual, representa um processo simbiótico de desenvolvimento integral do aluno: intelectual e técnico; teórico e prático.

José Saramago, seu caos é uma ordem a decifrar!

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 9.394: **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, 20 de novembro de 1996.

_____. Decreto nº 6.095: **Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica**. Diário Oficial da União, 24 de abril de 2007.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Mensagem nº 229** (inteiro teor). Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/MostrarIntegralImagem.asp?strSiglaProp=PL&intProp=3584&intAnoProp=2004&intParteProp=1#/> . Acessado em 21 de janeiro de 2019.

_____. **Tramitação do Projeto de Lei nº 3.584/2004**.

Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=253976>. Acessado em 21 de janeiro de 2019.

CLICFOZ. Jornal. **"Trabalhar com as mãos ensina muito", disse José Saramago para Foz do Iguaçu**. Por: Garon Piceli. Publicado em: 18/06/2010. Disponível em: <https://www.clickfozdoiguacu.com.br/trabalhar-com-as-maos->

[ensina-muito-disse-jose-saramago-para-foz-do-iguacu-5852/](#). Acessado em: 16 de janeiro de 2019.

FONSECA, César. **Entrevista**. Concedida a Irineu Mario Colombo, Curitiba, em 27 de agosto de 2018.

METZ, J. A. **Entrevista**. Concedida a Leonir Oldericó Colombo, Foz do Iguaçu, em 14 de agosto de 2018.

NORA, Pierre. **Les lieux des mémoires**. Paris, Gallimard, 1984.

PACHECO, E. **Os Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: Fundação Santillana; São Paulo: Moderna, 2011.

PAIS, Rita. Re: **Solicitação de uma frase ou pequeno verso para uma escola que une tecnologia e humanidade**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <colombo@ifpr.edu.br>. Fundação José Saramago, Lisboa, 24 de julho de 2009.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 93-101.